

## Política Afirmativa Estudantil em Perspectiva: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina

### RESUMO

Alexandra Eliza Vieira Alencar  
E-mail: xanda.alencar@gmail.com  
Universidade Federal de Santa  
Catarina, Florianópolis, Santa  
Catarina, Brasil.

Violeta Maria de Siqueira Holanda  
E-mail: violeta@unilab.edu.br  
Universidade da Integração  
Internacional da Lusofonia Afro-  
Brasileira (UNILAB), Redenção,  
Ceará, Brasil

Em dez anos (2008-2018) de implantação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o objetivo deste artigo é refletir sobre o impacto das ações coordenadas pela Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades da UFSC, no período de 2016 a 2018. A metodologia consiste no aproveitamento das formações e revisões bibliográficas sobre o tema, realização de entrevistas com gestores/as da SAAD/UFSC, mapeamento de notícias sobre as ações afirmativas desta universidade e pesquisa de trabalhos científicos produzidos por estudantes ingressos/as por ações afirmativas. O artigo aborda de que forma essas políticas promovem diversidades em termos de presenças que afetam a estrutura universitária, permeada pelos efeitos da colonização proposta para essa região do país e visibiliza a necessidade de repensar a universidade em seu tripé constitutivo de ensino, pesquisa e extensão, através do princípio normativo de diversidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Política afirmativa. Educação. Gênero. Diversidades. UFSC.

## INTRODUÇÃO

Em dez anos (2008-2018) de implantação das políticas afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da adoção de cotas para estudantes oriundos de escolas públicas, negros/as e indígenas, perspectivas e novos desafios se configuram no contexto do acompanhamento, permanência e êxito de estudantes pertencentes a grupos historicamente marginalizados ou pouco representados. Medidas institucionais corporificam relações dinâmicas de conflitos e negociações que envolvem a comunidade acadêmica de gestores/as, servidores/as e estudantes, bem como movimentos sociais organizados de representação dos respectivos segmentos beneficiados.

Neste contexto, a Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD) é implantada, em 2016, como órgão executivo central, integrante da administração superior universitária, com o objetivo de auxiliar o gabinete da reitoria a propor, implementar, consolidar e monitorar políticas de ações afirmativas e diversidades no âmbito da UFSC, com intuito de contribuir na concretização e no fortalecimento de seu papel social. A secretaria tem como missão “desenvolver ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas às ações afirmativas e de valorização das diversidades na Universidade, referentes à educação básica, graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, contratação de pessoal e gestão institucional, em articulação com as demais estruturas universitárias” (SAAD, 2018).

O objetivo deste artigo é refletir sobre o processo de implantação das políticas afirmativas e diversidades na UFSC, considerando o impacto das ações coordenadas pela SAAD, no período de 2016 a 2018. Esta pesquisa compõe o quadro dos objetivos do Projeto “Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades”, aprovado pelo Edital CAPES Educação em Direitos Humanos 2017 (38/2017), coordenado pelas professoras Miriam Pillar Grossi e Antonella Tassinari, dos Programas de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas e Pós-graduação em Antropologia Social. No quadro de formação de pesquisadores/as e de apoio material, o projeto conta com a participação do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e Núcleo de Estudos sobre Populações Indígenas (NEPI), que estão localizados no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC.

O artigo aborda de que forma as políticas de ações afirmativas promovem diversidades em termos de presença que afeta a estrutura universitária, permeada pelos efeitos da colonização proposta para essa região do país e visibiliza a necessidade de repensar a universidade em seu tripé constitutivo de ensino, pesquisa e extensão, através do princípio normativo de diversidades, garantindo desta forma o amplo exercício dos direitos humanos em uma perspectiva de educação intercultural e decolonial.

## METODOLOGIA

A metodologia consiste no aproveitamento das formações e avaliações obtidas dentro do âmbito do Projeto “Direitos Humanos, Antropologia, Educação: experiências de formação em Gênero e Diversidades”, revisão bibliográfica sobre o tema, realização de entrevistas com gestores da Secretaria de Ações Afirmativas

da Universidade Federal de Santa Catarina (SAAD/UFSC), mapeamento de notícias sobre as ações afirmativas da UFSC e pesquisa de trabalhos científicos produzidos por estudantes ingressos/as por ações afirmativas.

A pesquisa estrutura-se, inicialmente, com uma reflexão sobre a implantação das políticas afirmativas na UFSC considerando o cenário histórico-social da colonização catarinense, e o contexto de constituição e interiorização do ensino público superior no Estado. Reflete sobre o perfil da comunidade acadêmica antes da introdução do sistema de cotas e as perspectivas atuais a partir da presença e representação dos/as sujeitos/as cotistas, tendo em vista a inserção das diversidades como princípio formativo na universidade que se transforma. Em seguida, retrata a implantação da SAAD/UFSC como instrumento de demanda e negociações de grupos beneficiados, movimentos sociais, servidores e gestão da UFSC. Expõe as ações institucionais, pedagógicas e acadêmicas direcionadas às políticas afirmativas e de valorização das diversidades, especialmente voltadas aos grupos específicos de estudantes indígenas, negros/as e pardos, mulheres e LGBTQ+, bem como os limites e desafios de sua atuação. Por fim, reflete sobre a importância do processo intercultural e decolonial fruto das ações afirmativas no contexto universitário brasileiro.

## DESENVOLVIMENTO (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

### Política Afirmativa X Colonização

A lei federal nº 12.711/2012, intitulada “Lei de Cotas”, determina que 50% das vagas das universidades e institutos federais sejam reservadas para candidatos/as que cursaram integralmente o ensino médio em escolas públicas, sendo subdividida metade (25%) para candidatos/as com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*, e outra metade (25%) destinada aos/às candidatos/as com renda familiar mensal superior a este valor. Em cada metade descrita, deverão estar reservadas vagas para candidatos/as autodeclarados/as pretos, pardos e indígenas (PPI), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010. Em Santa Catarina, esta proporção corresponde a 16% da população (IBGE, 2010).

No debate constitucional sobre ações afirmativas, Joaquim Barbosa Gomes (2003, p. 27) as definem como:

"um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego".

No contraponto do assistencialismo, mas com forte resistência dos setores mais conservadores das universidades brasileiras, os processos de implantação das políticas afirmativas no ensino superior instigaram (e continuam instigando)

disputas significativas no espaço de dominação/reprodução das elites do país. Segundo Santos,

"O discurso sobre o mérito passou a ser cada vez mais divulgado e veiculado, principalmente nas universidades mais tradicionais e de maior produção na pesquisa científica. E outros chegaram a afirmar que haveria a institucionalização do racismo. Estes discursos não surpreendem. O ambiente universitário tem sido, secularmente, lócus de reprodução das elites brasileiras, o que implica dizer espaço de reprodução de prestígio e manutenção de poder" (SANTOS, 2013, p. 11).

Das resistências, as heranças coloniais europeias e, por consequência, a invisibilidade da presença negra e indígena no sul do país, configuram como importantes elementos a serem considerados no cenário de dominação/reprodução elitista do Estado Catarinense. Embora seja pontuado de forma breve neste artigo, há de se considerar os impactos e significados dos aspectos histórico-sociais da colonização catarinense que influenciaram (e continuam influenciando) na dinâmica das políticas públicas (e educacionais), em especial, no contexto da maior universidade pública do Estado, a UFSC.

Por meio da crítica historiográfica e da etnografia, autores/as produzem debates sobre as situações de marginalidade social e segregação a partir das relações sociais e simbólicas produzidas entre os grupos no sul do país. Importantes referências no campo da antropologia como Sílvio Coelho dos Santos e Ilka Boaventura Leite registram e problematizam o processo de imigração europeia, justificada pelo "vazio demográfico" na região sul no Brasil colonial, e as problemáticas consequências, sobretudo, para as populações indígenas e negras, respectivamente.

"Com a chegada do europeu ao Sul do Brasil, iniciou-se um processo de mudanças que até hoje não terminou. Os Guaranis que tão amistosamente receberam os primeiros navegadores, logo foram impactados pela presença de doenças até então desconhecidas, tais como, a gripe, a varíola, a pneumonia, o sarampo e a tuberculose. Em seguida, foram arrebanhados para servirem como mão de obra escrava nos empreendimentos que os portugueses começaram a instalar em São Vicente e São Paulo. A continuação dessas agressões motivou a fuga para o interior de diversos grupos indígenas..." (SANTOS, 1997, p. 10).

"Esquecidos pelas políticas públicas e pelas pesquisas científicas, os negros deixaram de fazer parte ou talvez nunca fizeram, do perfil étnico da região sul, de sua identidade. Ou porque foram invisibilizados pelas várias formas de representação literária e política ou porque foram segregados social e espacialmente, de modo a serem tratados como não existentes" (LEITE, 1996, p. 9).

A imigração europeia na região sul do país acontece de forma gradual e contínua, impactando na vida social e educacional em cada época. Tem-se do

século XVIII a presença massiva de açorianos das ilhas centrais portuguesas de Terceira, Graciosa, São Jorge e Faial, cujo objetivo central foi a ocupação do Brasil Meridional. Em 06 de janeiro de 1748, desembarcaram na Ilha de Santa Catarina 461 pessoas vindas do Arquipélago dos Açores. Foram os primeiros dos cerca de 6.000 açorianos e madeirenses que emigraram para o Desterro (atual Florianópolis), entre esta data e 1756. Foram também para Laguna e São Francisco. Diante da não adaptação ao trabalho agrícola, os açorianos ocuparam-se em ofícios urbanos diversos, na pesca e construção naval (FERREIRA, 2018).

Como parte da política de fortalecimento da identidade açoriana no território catarinense, em 1984, é fundado o Núcleo de Estudos Açorianos da Universidade Federal de Santa Catarina (NEA/UFSC). Mais do que um núcleo de estudos universitário, o grupo se intitula como agente de ação cultural que tem por objetivo priorizar o mapeamento da cultura açoriana no litoral catarinense, realizando atividades de capacitação de agentes sociais, professores/as e estudantes das redes municipais (NEA, 2018).

Ainda no período colonial, o imperador D. Pedro I estimula a vinda de imigrantes alemães para ocupação das terras do sul do Brasil. Em 1828, bases militares organizadas pelo governo provincial acolhe cerca de 600 pessoas de nacionalidade alemã com autorização para viajar e tomar posse de terras no interior do Estado Catarinense. É fundada a colônia de São Pedro de Alcântara, a primeira formada por imigrantes estrangeiros de Santa Catarina. A política migratória é fortalecida com a instalação dos portos do Desterro (atual Florianópolis), Itajaí, São Francisco do Sul, Imbituba e Laguna. Além dos alemães, a partir de 1850, chegaram também ao sul do Brasil, em grande número, italianos, espanhóis, portugueses e poloneses (SANTERLEI, 2018).

Em meados do século XX, as precárias condições de vida e os problemas sociais ocasionados pela falta de regularização das terras sulistas ocasiona a guerra do Contestado, conflito armado na região fronteiriça entre Paraná e Santa Catarina, que perdurou de 1912 a 1916. Pressionado, o governo de Santa Catarina cede terras localizadas na região oeste do Estado, sendo ocupadas, sobretudo, por descendentes de imigrantes estrangeiros, especialmente, de italianos. Esta configuração resulta na fundação de vários municípios no interior que mantém o estilo de vida próprio dos países de origem. São fundadas escolas com o objetivo de manter e difundir suas identidades e cultura, preservando fortemente a língua e a religião.

Neste sentido, autores/as apontam a interpretação hegemônica na historiografia catarinense, que demarca a presença branca, europeizada e tende a percepção de que, diferente de outras regiões do Brasil, a economia de Santa Catarina era constituída por agricultores pobres, voltada para atividades de subsistência ou subsidiária ao mercado exportador e assentada em ínfimo número de cativos africanos e a completa invisibilidade da população indígena local.

Com a criação da UFSC na década de 1960 adensa-se a migração de outras regiões do Brasil e do mundo para Florianópolis, contudo a comunidade universitária formada por professores/as, estudantes e servidores/as ainda reifica tal presença branca, masculina e europeizada. Um exemplo disso é o gráfico de dados sobre estudantes antes de 2008, período em que há entrada dos/das primeiros/as estudantes ingressos/as por ações afirmativas.

De acordo com Marcelo Tragtenberg *et al* (2013) analisando o perfil dos classificados no vestibular da UFSC ao longo dos anos, observou-se, com a

implementação do Programa de Ações Afirmativas no ano de 2008, mudança significativa, com o aumento de estudantes de cor/raça preta e parda. A média de estudantes classificados de cor/raça preta e parda antes das ações afirmativas (2004 a 2007) era de 1,0% e 7,5%, respectivamente. A partir de 2008, e das ações afirmativas, o percentual médio de pretos passou para 4,6% e entre os pardos cresceu para 8,8%.

Para que se possa avaliar essa mudança de perfil racial, é preciso ter em mente que os percentuais de pretos e pardos em SC, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2000, eram 2,7% e 7,1%, respectivamente. Já em 2010, os percentuais desses grupos passaram a 2,9% e 12,3%. Além disso, cerca de 1/3 dos alunos da UFSC vem de outras unidades da federação, todas com percentuais de pretos e pardos em sua população maiores que os de Santa Catarina.

"Poder-se-ia crer que o aumento de apenas 4,9 pontos percentuais no número de pretos+pardos entre os ingressantes da UFSC fosse algo pequeno. No entanto, levando em conta que a média de pretos+pardos de 2004 a 2007 era de 8,5%, observamos que 4,9/8,5 representa um aumento de 57,6% no percentual de ingressantes negros na UFSC. Devemos considerar também que, no Censo Demográfico de 2010, o percentual de pretos+pardos em Santa Catarina era de 15,2%. Sem as cotas, não chegaríamos tão perto desse percentual" (TRAGTENBERG *et al*, 2013, p.210).

Segundo a mesma pesquisa, quando analisado o tipo de escola dos classificados no vestibular da UFSC, observa-se que, no período entre 2004 a 2007, em média apenas 18,1% dos classificados tinham estudado o ensino fundamental e o ensino médio em escola pública, contra mais de 80,0% dos classificados que possuíam outro percurso escolar, ou seja, tinham realizado parte ou todo o ensino fundamental e médio em escola particular/privada. Verificou-se que, em 2008, com a implementação das ações afirmativas, o número de classificados que cursaram ensino fundamental e médio em escola pública subiu para 29,5%, sendo a média do período 2008-2011 de 29,4%, contra 70,6% dos estudantes classificados que tiveram outro percurso escolar que não exclusivamente escola pública. O aumento do percentual de egressos do ensino fundamental e médio público do período 2004-2007 para o período 2008-2011 foi de 11,4 pontos percentuais. Isso significa um aumento relativo de  $11,4/18,1 = 63\%$ , maior ainda que o observado no aumento de estudantes negros/as na UFSC.

A Resolução Normativa nº 008/CUN/2007, que instituiu o Programa de Ações Afirmativas, contempla estudantes que "pertencam aos povos indígenas" em seu artigo 2º, inciso III. No artigo 9º prevê a criação de "cinco vagas suplementares que serão preenchidas pelos candidatos melhores classificados no vestibular", sendo criadas novas vagas a cada ano, até um total de 10 vagas em 2013. Apesar do pequeno número de vagas, segundo Tratenberg *et al* (2013) em relação à crescente demanda de estudantes indígenas pelo Ensino Superior, dentre as 35 vagas ofertadas pela UFSC de 2008 a 2012, somente 9 foram preenchidas.

Para a análise da inclusão de indígenas da UFSC, além dos dados obtidos com a Comissão Permanente do Vestibular da UFSC (COPERVE/UFSC), tal pesquisa optou por uma metodologia de pesquisa qualitativa, através da participação nas comissões de validação da autodeclaração de indígenas e de entrevistas com os

estudantes ingressos/as e com alguns candidatos/as que não obtiveram êxito no vestibular.

"Quando analisados os dados sobre o desempenho dos candidatos e o motivo da reprovação, fica bastante evidente o impacto das alterações bruscas ocorridas no vestibular em 2009, na qual aumentou-se o desempenho mínimo para o candidato ser considerado aprovado no vestibular. A Comissão de Acompanhamento das Ações Afirmativas elaborou um relatório analisando essa questão e solicitando que a nota mínima voltasse a ser menor para candidatos indígenas. Isso foi modificado nos vestibulares de 2011 e 2012, representando um considerável aumento nas aprovações (66% em 2011 e 46% em 2012). Isso ressalta a importância de um critério diferenciado no vestibular para indígenas, especialmente considerando que a língua portuguesa, para a maioria, é uma língua estrangeira" (TRAGTENBERG *et al*, 2013, p. 228).

A partir de tais análises é possível perceber que por meio de conquistas dos movimentos sociais, as ações afirmativas, enquanto legislações implementadas, mudam a "cara da universidade brasileira", sobretudo da UFSC. Mas os dados estatísticos que são números podem ter várias interpretações, dependendo da forma que os interpretamos, conforme nos mostra em palestra a professora Hildete Pinheiro (UFF). Assim muitas vezes, eles não conseguem dimensionar o fato de que representantes de grupos que eram analisados/as como objetos de estudos científicos, passam agora a estar também presente nas salas de aula, a ser uma presença que afeta, pois visibiliza os privilégios e questiona a estrutura da universidade, bem como a construção do conhecimento que vem sendo produzido até então.

O então pós-graduando William Conceição, ingresso pelo Programa de Ações Afirmativas do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFSC, em nível de mestrado, em artigo que compõe a coletânea produzida pelo Núcleo de Estudos de Relações Interétnicas (NUER) da mesma instituição, intitulado *Cadernos de Textos e Debates* nº 15, cujo tema era *Ações Afirmativas, Cotas e Formação Acadêmica*, publicado em 2016, argumenta que a importância das Ações Afirmativas é evidente, mas não suficiente.

"Temos que conseguir extrapolar as cotas somente enquanto uma vaga institucional. As ações afirmativas estão aí para reiterar a necessidade de Abertura, e isso nos mais diversos graus, principalmente na necessidade de descolonizar. Não basta entrarmos, devemos ser reconhecidos enquanto sujeitos de direito, sem lugares marcados ou reflexões destinadas. O racismo brasileiro tem se constituído, bem sabemos, a partir da retórica da ideologia da mestiçagem, do jeitinho e do tapa nas costas, em que se escondem as práticas racistas que estão por trás de argumentos tais quais: 'não sou racista porque estudo', 'tenho um amigo', 'namorei um negro ou uma negra', ou agora 'porque apoio o Programa de Ações Afirmativas'" (CONCEIÇÃO, 2016, p.54).

O autor ressalta que no processo de descolonização os estudos de branquitude podem ser profícuos, dentro dos seus limites teóricos e metodológicos, uma vez que situa o homem branco, pelo menos como homem comum, apresentando-o dentro das teias das relações humanas. Onde seu corpo antes entendido e unificado como universal, passa agora, a ser esquadrinhado como qualquer outro, e posto em relação com outros corpos.

"Digamos, com certo exagero e uma dose de provocação que os estudos de branquitude pretendem trazer o branco para o campo da realidade, afogando-os, tirando-o de sua pretensa universalidade. Neste caso, se afogássemos os brancos nas relações interétnicas, assim como os cientistas fizeram com outros grupos, talvez, veríamos emergir de seus corpos as vossas branquitudes e o poder que resulta dela em toda sua potência" (CONCEIÇÃO, 2016, p. 49).

A resistência à adoção de políticas de ação afirmativa também acontece pela forma como se trata a questão racial na universidade. Segundo José Jorge de Carvalho (2005/2006), essa questão é invariavelmente postergada nas discussões, silenciada, e, muitas vezes, quando o tema aparece se instaura uma censura discursiva ou um disfarce para que posicionamentos sejam evitados e para que a tensão não venha à tona. A temática racial não é bem-vinda e, quando discutida, é preferível que se faça referência à realidade além dos muros universitários. O racismo aqui é entendido não somente como aquele sistema que violenta e discrimina o outro, mas que mantém o privilégio de um grupo sobre o outro, indeterminadamente.

Contudo a UFSC na implementação das ações afirmativas vem traçando estratégias de garantir a permanências desses novos atores e vem praticando o processo de repensar suas estruturas em nível institucional, para permitir que o princípio de diversidades se efetive no seu fazer e ser universidade.

### **Políticas Afirmativas e Diversidades: Impacto das Ações da SAAD**

A Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades, instância com status de pró-reitoria, é instituída durante a gestão do reitor Luiz Carlos Cancellier de Olivo<sup>1</sup> com intuito de responder as ausências no âmbito da gestão administrativa e organizacional das políticas afirmativas na UFSC. Atualmente a SAAD está estruturada da seguinte forma:

- Secretário/a; Diretoria Administrativa;
- Serviço de Expediente; Seção de Apoio Administrativo;
- Coordenadoria de Relações Étnico Raciais;
- Coordenadoria de Ações de Equidade;
- Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero;
- Coordenadoria de Acessibilidade Educacional;
- Coordenadoria de Inclusão Digital;
- Serviço de Apoio ao Indígena e Quilombola;
- Serviço de Divulgação das Ações Afirmativas;
- Serviço de Apoio à Mulher; Serviço de Apoio aos Projetos;

- Comitê Enfrentamento às Discriminações;
- Comitê Institucional de Avaliação e Acompanhamento das Ações Afirmativas.

Tal instância institucional não possui orçamento próprio, desta forma, realiza suas ações em parceria com as demais pró-reitorias, como a de assuntos estudantis, graduação, pós-graduação, secretaria de educação à distância e a secretaria de assuntos internacionais.

*“Tudo que está relacionado a bolsas, RU [Restaurante Universitário] e moradia, ou seja, sobre permanência está vinculado a PRAE [Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis]. E a SAAD fica responsável pela gestão das políticas de ações afirmativas: como as pessoas entram e os trabalhos de validação que é preciso fazer e assessoria educacional para os estudantes, afirma a secretária da SAAD Francis Tourinho, que é também professora do curso de graduação de Enfermagem, na mesma instituição” (Entrevista em agosto de 2018).*

Episódios relacionados à fragilidade e a não eficácia na seleção para a população indígena, a ausência de setor específico para tratar as questões de gênero e às fraudes nos processos de autodeclaração de negros/as e pardos/as impulsionaram de forma significativa a implantação da respectiva Secretaria. Neste sentido, a análise pontua o recorte de acompanhamento das políticas afirmativas coordenadas pela SAAD na inclusão dos grupos específicos de estudantes indígenas, mulheres e LGBTQ+, negros/as. Ressalta-se, no entanto, que a SAAD reorganiza outras importantes ações de acesso e permanência estudantil, como, por exemplo, a articulação e unificação na execução do cadastro de estudantes com vulnerabilidade sócio-econômica; a inclusão e fortalecimento do setor de acessibilidade, anteriormente vinculada à Pró-Reitoria de Graduação da UFSC (Prograd/UFSC); acesso a tecnologias e inclusão digital; e, iniciativas como acolhimento diferenciado para discentes mães, incluindo o acesso a sala de amamentação na universidade e garantia de auxílio creche, e programas direcionados aos/as estudantes idosos/as.

### **Da política afirmativa para estudantes indígenas**

Desde 2006, foi diagnosticado o número reduzido de estudantes indígenas na UFSC em circunstância das dificuldades no processo seletivo. Com a implementação das ações afirmativas a partir do vestibular de 2007 e ingresso desses estudantes em 2008 aumenta-se a presença de indígenas na universidade, mas este segmento populacional não chega a preencher todas as vagas disponíveis. Ciente da necessidade de ampliação da participação de indígenas entre os/as estudantes cotistas foram mobilizadas parcerias entre a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC e o Núcleo Estudos de Populações Indígenas (NEPI), através de programas de extensão financiados pelo edital PROEXT/MEC, com intuito de favorecer uma aproximação direta, por meio de visitas às comunidades externas à universidade. De 2012 a

2014 houve três edições do edital PROEXT/MEC, na qual a UFSC foi contemplada nesta temática com enfoques específicos e coordenações diferenciadas:

- Edital PROEXT 2012: Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (coordenação geral de Antonella Tassinari).
- Edital PROEXT 2013: Ações Afirmativas para a Promoção da Igualdade Étnico Racial no Ensino Superior (coordenação geral de Marcelo Tragtenberg).
- Edital PROEXT 2014: Indígenas e Negros no Ensino Superior e em Acervos Virtuais (coordenação geral de Edviges Marta Ioris)

As atividades desenvolvidas pelos projetos ao longo desses três anos foram: a realização de oficinas de discussão sobre questões étnico-raciais e ações afirmativas em escolas indígenas, quilombolas e da rede pública; a produção de material didático para subsidiar as discussões nas oficinas, a exemplo do Guia de Informações Estudantis; a constituição de bancos de dados (em hipermídia) na UFSC, voltados para a preservação da memória de acervos antropológicos ([AVISC](#) e projeto de Memórias do Oiapoque) e das trajetórias de estudantes negros e indígenas na instituição (Observatório das Ações Afirmativas).

Através principalmente das oficinas em escolas indígenas, observou-se a dificuldade desses estudantes em adequar-se ao vestibular existente e foi sugerido pelo NEPI/UFSC à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Ações Afirmativas da UFSC a realização de vestibular específico que contemplou, inicialmente, a avaliação de histórico escolar e, em seguida, a realização de prova específica.

Segundo a Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Tassinari, coordenadora do NEPI e coordenadora do projeto do Edital PROEXT 2012: “quando a equipe chegava à escola os estudantes não tinham noção do que era a UFSC. Achavam que era uma universidade privada e não sabiam nada sobre os cursos, nem sobre as formas de ingresso. Alguns professores se posicionavam de forma contrária ao sistema de cotas e resistiam aos debates sobre gênero”<sup>2</sup>.

Demandas específicas quanto ao acesso e permanência dos/as estudantes indígenas são temas tratados pela SAAD. Durante o processo seletivo foi verificado a necessidade de readequação dos formulários de cadastro para estudantes indígenas das etnias guarani, kaikang e xokleng, tendo em vista a resistência deste segmento com os trâmites excessivamente burocráticos e o acesso ao sistema digital. Também foi estruturado o ciclo intercultural como estratégia de prevenção da retenção<sup>3</sup>. Trata-se de uma formação com duração de um ano, anterior a entrada na graduação, que “ambienta” o/a estudante à vida acadêmica, permitindo-lhe uma melhor adaptação através de vivências interculturais e reforço nos conteúdos de língua portuguesa e cálculo. A partir de 2018, o acompanhamento ao processo de permanência contou com inserção de bolsas de monitoria indígena, que são renovadas semestralmente. Hoje, a instituição conta com 120 estudantes indígenas, desses 34 ainda estão instalados de forma provisória em um espaço denominado “Maloca”, que se localiza nas antigas dependências do Restaurante Universitário da UFSC.

Assim, um dos importantes desafios relatados pelos/as gestores/as da SAAD é a problemática da ocupação dos espaços de convivência interna por/entre os grupos específicos. Os arranjos configurados internamente apresentam mais situações de segregação do que de interação intercultural, seja entre os grupos minoritários ou entre estes e a comunidade acadêmica em geral. Ainda assim,

percebe-se também o pouco investimento ao trato específico das populações quilombola, negra, mulheres e LGBT+, quando comparado aos grupos indígenas.

### Da política afirmativa para estudantes negros/as

No que se refere aos processos de validação das auto-declarações étnico-raciais no site de notícias Diário do Centro do Mundo, encontramos matéria publicada em 01 de julho de 2018, com o seguinte título: *Coletivos Negros denunciam possível fraude no sistema de cotas da UFSC*. Ao longo da reportagem os coletivos denunciam que, entre os anos de 2014 e 2017, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) não realizou a banca de verificação, o que teria permitido que estudantes brancos/as fraudassem o sistema de cotas PPI (pretos, pardos e indígenas) por meio da autodeclaração étnico-racial. O Coletivo Negro Lélia Gonzales (LeGon), Coletivo Kurima, Movimento Negro em Defesa das Cotas, Coletivo Vozes Negras e Coletivo Negro Sabres, dessa maneira, assinaram o documento, que foi encaminhado à reitoria da universidade e apresentado ao Ministério Público Federal.

Já no site de Notícias da UFSC, em matéria publicada em 2018, compreendemos que a comissão para validação da autodeclaração de Pretos, Pardos e Indígenas é a mesma que analisa os/as candidatos/as provenientes das vagas suplementares do vestibular para negros/as. A comissão, que já existia desde 2008, foi extinta em 2014 e voltou esse ano. Francis Tourinho, secretária da SAAD/UFSC explica que esse retorno se deve a questões internas, como denúncias de fraudes; e questões externas como a solicitação do Ministério Público. A comissão é formada por servidores/as da universidade, estudantes e representantes do movimento negro externo à Universidade. A análise é a partir do fenótipo, ou seja, a aparência, e não a ascendência. Mas Francis também afirma que a comissão funciona mais como um acolhimento do que uma verificação: “Eles chegam, são acolhidos na sala de espera e a gente explica a importância que a vaga seja realmente pra quem é de direito pela lei. A comissão é uma conversa”.

Dentro desse contexto e a partir do mapeamento de notícias sobre as ações afirmativas na UFSC realizada por pesquisadores/as do *Projeto Direitos Humanos, Antropologia e Educação: experiências de formação em gênero e diversidade* destacamos a formação e atuação dos coletivos de estudantes negros e negras ingressos/as por ações afirmativas dentro da UFSC, a partir de 2011.

Nesse sentido podemos observar que essas presenças que afetam o espaço universitário, começam a se reconhecer, se identificar e se “aquilombar” com outros/as. No filme *Ori*, de Raquel Gerber (1989), através de uma linguagem glauberiana, a cineasta e socióloga que conta a história dos movimentos negros de 1977 a 1988, utilizando como fio condutor a vida da historiadora e militante Maria Beatriz Nascimento explicita a categoria quilombo que emerge como uma busca por um território, mas também remete a uma memória ancestral que reside no corpo negro diaspórico. Nos vários movimentos desses corpos no espaço-tempo processos de identificação vão se desenhando formando a criação de vários coletivos negros. São vários, pois a forma de pensamento não é uniforme.

Assim nesses vários coletivos de estudantes negros/as que surgem na UFSC à identificação, o acolhimento e o empoderamento vividos por esses sujeitos/as nos permitem olhar para essas coletividades, através da noção de quilombismo. Nascimento (1980) define quilombismo como formas associativas que tanto

podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e sua organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organizações permitidas ou toleradas, com ostensivas finalidades religiosas, recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Assim essa rede de associações permitida ou "ilegal" integraram práticas de libertação e protagonismo da própria história à população negra brasileira.

Na UFSC, esses associativismos permitem aos/as estudantes negros/as perceberem-se enquanto sujeitos/as de direito e criar redes de afeto, pautadas em valores afro-brasileiros, para resistirem às violências diárias, provocadas pela ideologia do racismo que estrutura nossa sociedade, e como não podia deixar de ser, se faz presente na universidade, tanto nas relações pessoais, quanto de forma institucional.

Dentro do âmbito da SAAD/UFSC foi criada a Coordenadoria de Relações Étnicas Raciais (CRER) que tem como objetivos: assessorar a SAAD (Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades) nas questões referentes às ações afirmativas para indígenas, negros e quilombolas com estratégias para acolhimento e inserção dos estudantes no ensino, pesquisa e extensão; promover a visibilidade e o reconhecimento do patrimônio cultural indígena, afro-brasileiro e africano; e atuar como canal de apoio para estudantes e os demais órgãos compartilhando informações de conscientização contra o racismo e orientando em casos de crimes raciais. No entanto além da retomada dos processos de validação e de condições de permanência, por meio de bolsas destinadas a todos/as estudantes ingressos por ações afirmativas, não há ações institucionais específicas a estudantes negros/as e quilombolas. O que se tem efetivado é a denúncia de casos de racismo desses estudantes à SAAD/UFSC e Ouvidoria e várias ações realizadas de forma autônoma, dentro dos espaços da UFSC, por esses coletivos de estudantes negros e negras como palestras, debates, exposições, oficinas, ocupação de espaços da universidade, como a Sala Quilombo, e eventos que envolvem várias práticas culturais a exemplo da Virada Anti Racista, ocorrida em 2016 e 2017.

### **Da política afirmativa para estudantes mulheres e LGBT+**

Desde o final dos anos 1970, com o processo de redemocratização no Brasil e a mobilização social dos movimentos feministas e LGBT+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transsexuais), em defesa da liberdade sexual e de políticas públicas voltadas para grupos específicos, sobretudo, após o advento da epidemia de HIV/Aids nos anos 1980, a sociedade brasileira tem vivenciado importantes mudanças de valores no que tange a vida privada e as relações sociais que envolvem mulheres e pessoas LGBT+.

Problemáticas relacionadas à violência doméstica e familiar, bem como às formas de discriminação por orientação sexual e por identidade de gênero têm articulado esforços importantes no âmbito da legislação como, por exemplo, a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, e de políticas nacionais, como o lançamento do Programa Brasil sem Homofobia e da Política Nacional para as Mulheres, ambos em 2004. Desde então, ampliou-se gradativamente o debate sobre a importância dos direitos e da participação política destes segmentos na vida social do país, tendo como princípio norteador a educação para a liberdade e a igualdade de gênero. Ressalta-se ainda a importante pressão popular demandada pelas reivindicações das Conferências Internacionais da ONU (1975, 1980, 1985,

1995) e Nacionais das Mulheres (2004, 2007, 2011, 2016) e LGBT+ (2008, 2011, 2016).

Neste contexto, a universidade se insere no processo social criando e/ou reproduzindo reflexões e práticas relacionadas à (des)igualdade de gênero. Numericamente, a UFSC já apresenta um equilíbrio quantitativo de representação por gênero entre discentes. Dos/as 44.735 estudantes, 51,4% são homens e 48,6% mulheres, embora haja significativa concentração masculina ou feminina em áreas específicas do conhecimento. Nas tecnologias e campus do interior catarinense, a predominância é a presença de estudantes homens, já na educação e saúde a predominância é de estudantes mulheres (SAAD/UFSC, 2018). Para além da presença que já afeta, medidas importantes como o enfrentamento à violência contra a mulher e fobias de gênero no cotidiano da universidade começam a ser articuladas internamente por meio da criação da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero (CDGEN), vinculada à SAAD, coordenada até 2018 pela Dr<sup>a</sup> Olga Zigelli Garcia, também professora do Departamento de Enfermagem da UFSC.

São atribuições da CDGEN implementar políticas de enfrentamento à fobia de gênero e violências contra mulher no âmbito da UFSC; coordenar programas, projetos e atividades, visando o respeito à dignidade da população LGBT+, independente da orientação sexual e da identidade de gênero; promover campanhas e palestras institucionais de combate à fobia de gênero e a violências contra mulheres; receber e encaminhar denúncias de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero; encaminhar denúncias de mulheres oriundas do Serviço de Atendimento à Mulher de mulheres em situação de violência; revisar a legislação da UFSC buscando a garantia dos direitos humanos relativos às diversidades sexuais e também violências contra as mulheres auxiliando no estabelecimento de penalidades acadêmicas para as pessoas infratoras; coordenar projetos de capacitação e formação continuada a partir da temática direitos humanos, diversidades sexuais e violências contra mulheres, para servidoras/es técnico-administrativas/os, acadêmicas/os e professoras/es da UFSC; estimular a criação de uma rede de atendimento e orientação às mulheres, entre as Unidades Administrativas da UFSC com a finalidade de construir relações inter-institucionais e aperfeiçoar o padrão de atendimento para as mulheres em situação de violência no âmbito da UFSC (SAAD, 2018).

Segundo Aurivar Fernandes (2018), atual coordenador da CDGEN, “apesar das questões de gênero não estar vinculada às ações afirmativas da PPI (reservas de cotas para preto, pardos, indígenas e pessoas com deficiência) na UFSC, não tem como não se considerar as problemáticas da população LGBT+ e mulheres na perspectiva de uma política de reparação”.

A coordenadoria cria um espaço de escuta, acolhimento, apoio nos casos de denúncias para as mulheres e a população LGBT+, sobretudo, nas questões relacionadas à LGBTfobia, violência contra a mulher nos espaços da universidade e sofrimento psíquico relacionado à vivência de violências relacionadas à orientação sexual e/ou contra a mulher na comunidade universitária. O serviço conta com o atendimento psicológico para os casos acima citados. Nos campi instalados no interior do Estado (Joinville, Araranguá, Curitibanos e Blumenau), embora haja denúncias registradas de casos de violência, os serviços de atendimento aos/às estudantes acontecem de forma autônoma, a depender de cada equipe disponível,

e com pouca articulação interna de acompanhamento entre a SAAD e demais equipes das unidades acadêmicas.

Embora os casos de denúncia já cheguem diretamente à SAAD por meio das/os discentes e/ou encaminhadas por servidores/as e gestores/as da universidade, campanhas sistemáticas são organizadas seguindo um calendário estratégico como medida educativa de sensibilização contra homofobia, assédios, violência contra a mulher e discriminação. Inspirada na experiência da Universidad Complutense de Madrid, compartilhada com a equipe da UFSC por seu coordenador o Prof<sup>o</sup> José Ignacio Pichardo<sup>4</sup>, a secretaria cria a campanha “Selos da Diversidade” como instrumento de solidariedade e mobilização das diversidades de gênero (Selo Catavento), raça/etnia (Selo Global Etnia), inclusão (Selo I-Digital), equidade (Selo Equidade) e acessibilidade (Selo Acessibilidade), envolvendo toda a comunidade acadêmica.

Contudo, ainda persistem queixas sobre a não articulação entre os processos de denúncia dos casos de violências e os encaminhamentos institucionais adequados, seja do ponto de vista interno, que envolve unidades acadêmicas e administrativas, colegiados de cursos; ou externo, que necessita da articulação entre redes de serviços como a de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar, Secretarias de Defesa dos Direitos Humanos e LGBTQ+, etc., nos diversos municípios catarinenses em que a UFSC está presente. Para tanto, uma nova comissão foi formada, por diversos profissionais e gestores de unidades acadêmicas e administrativas, com intuito de estruturar um regimento interno específico (e fluxograma) para os casos de violência de gênero e racismos. E, nova contratação de assistente social está sendo mobilizada para fortalecer o atendimento da CDGEN.

Outro fator importante, diz respeito ao uso do nome social na UFSC. Desde 2012, a resolução normativa nº 18/Cun, reconhece o uso do nome social (nome pelo qual a pessoa se identifica) nos registros, documentos e atos da vida acadêmica<sup>5</sup>. No entanto, tal medida necessita do acompanhamento da ampliação do reconhecimento do direito e do respeito aos/às estudantes Trans, visto que ainda é tímida a presença destes/as discentes no ambiente acadêmico, bem como a articulação da SAAD com seus respectivos grupos de ativismos. A coordenadoria ainda mapeia o quadro de componentes curriculares e núcleos de pesquisa que interseccionam as temáticas das diversidades de gênero no âmbito da UFSC.

Vale ressaltar, o esforço a partir das parcerias entre a nova secretaria e os grupos consolidados pelo trabalho reflexivo e de mobilização das questões de gênero na UFSC, tais como o Instituto de Estudos de Gênero (IEG), o Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) e o Margens (Núcleo Modos de Vida, Família e Relações de Gênero). Destaca-se que também graças ao apoio da CDGEN foi criado em 2018 o Netrans (Núcleo de Estudos de Travestilidades, Transgeneralidades e Transexualidades) que agrupa estudantes Trans da graduação e pós-graduação e é coordenado na plataforma do CNPq pela Dra.Prof<sup>a</sup> Olga Zigelli Garcia.

### **Ações afirmativas no contexto universitário: caminhos para uma educação intercultural e decolonial**

A implantação das políticas afirmativas no contexto universitário brasileiro impõe um desafio intelectual transdisciplinar para compreensão do processo de inclusão étnico-racial e de gênero nas nossas instituições acadêmicas. Exige um olhar sobre as ações que promovem diversidades em termos de presença que afeta a estrutura universitária, mas também um pensar sobre os termos da produção de novos paradigmas de convivência e produção de conhecimento a partir das relações entre sujeitos/as diversos/as imersos/as em uma perspectiva de educação intercultural e decolonial.

Reinaldo Matias Fleuri (2004) denomina de “conhecimento conversitário” o reconhecimento dos múltiplos movimentos sociais como sujeitos produtores e interlocutores de conhecimento científico, o que é uma decisão que pode nos abrir a formas mais críticas, criativas e sócio-ecologicamente eficazes de se conceber e de se produzir ciência no mundo contemporâneo. Tal perspectiva é inspirada no campo do que Boaventura denominada como “conhecimento pluriversitário”.

"Nos países pluriétnicos e multinacionais, o conhecimento pluriversitário está a emergir ainda no interior da própria universidade quando estudantes de grupos minoritários (étnicos ou outros) entram na universidade e verificam que sua inclusão é uma forma de exclusão: confrontam-se com a tábua rasa que é feita das suas culturas e dos conhecimentos próprios das comunidades donde se sentem originários. Tudo isso obriga o conhecimento científico a confrontar-se com outros conhecimentos que exige um nível de responsabilização social mais elevado às instituições que produzem e, portanto, às universidades. À medida que a ciência se insere mais na sociedade esta insere-se mais na ciência. A universidade foi criada segundo um modelo de relações unilaterais com a sociedade e é esse modelo que subjaz à sua institucionalidade actual. O conhecimento pluriversitário substitui a unilateralidade pela interactividade, uma interactividade enormemente potenciada pelas tecnologias de informação e de comunicação" (SANTOS, 2004, p. 31).

A reflexão sobre o alcance das políticas afirmativas no âmbito universitário em diálogo com a perspectiva da educação intercultural e decolonial permite perceber as dimensões interativas do ponto de vista da inclusão étnico-racial e de gênero com os demais espaços acadêmicos constituídos. Trata-se do reconhecimento da complexidade das relações e práticas pedagógicas que dialogam com novas perspectivas epistemológicas (cultural, étnico-racial, gênero, classe, geracional, grupal, etc.), que considera os conflitos, as identidades, a ambivalência e o hibridismo do encontro intercultural. Homi Bhabha (1998) denomina de “entrelugares” a fronteira cultural que elabora novos signos de identidade em contextos intersticiais da sociedade. Segundo o autor,

"O afastamento das singularidades de ‘classe’ ou ‘gênero’ como categorias conceituais e organizacionais básicas resultou em uma

consciência das posições do sujeito - raça, gênero, geração, local institucional, localidade geopolítica, orientação sexual - que habitam qualquer pretensão à identidade no mundo moderno. O que é teoricamente inovador e politicamente crucial é a necessidade de passar além das narrativas de subjetividades originárias e iniciais e de focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação de diferenças culturais. Esses 'entrelugares' fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria idéia de sociedade" (BHABHA, 1998, p. 19-20).

Os múltiplos sentidos e usos da interculturalidade, com ênfase especial no campo educativo, tem sido concebido como projeto político de decolonização, transformação e criação. Na perspectiva de Catherine Walsh<sup>6</sup> (2009, p. 232),

"(...) mais que um simples conceito de inter-relação, a interculturalidade assinala e significa processos de construção de conhecimentos outros, de uma prática política outra, e um poder social outro, de uma sociedade e um sistema de vida outros. Em suma, marca formas distintas de pensar, agir e viver em relação aos padrões de poder que a modernidade e a colonialidade instalaram".

A interculturalidade crítica se constitui enquanto projeto político, social, ético e epistêmico que questiona a racionalidade ocidental que se arroga como único caminho epistemológico constitutivo de conhecimento legítimo. Exige-se criticidade dos processos de exclusão, naturalização e inferiorização. Trata-se de questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história entre diferentes grupos sócio-culturais, étnico-raciais, de gênero, orientação sexual, entre outros. Parte-se da afirmação de que a interculturalidade aponta à construção de sociedades que assumam as diferenças como constitutivas da democracia e seja capaz de construir relações novas, verdadeiramente igualitárias entre os diferentes grupos sócio-culturais, o que supõe empoderar aqueles que foram historicamente inferiorizados.

Já a perspectiva decolonial, de acordo com Joaze Bernadino-Costa e Ramón Grosfoguel (2016) na apresentação do dossiê *Decolonidade e perspectiva negra*, as fronteiras não são somente este espaço onde as diferenças são reinventadas, são também lócus enunciativos de onde são formulados conhecimentos a partir das perspectivas, cosmovisões ou experiências dos sujeitos subalternos. O que está implícito nessa afirmação é uma conexão entre o lugar e o pensamento.

Mas os autores alertam que é preciso distinguir o lugar epistêmico e o lugar social. O fato de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir do lugar epistêmico subalterno. Justamente, o êxito do sistema-mundo moderno/colonial reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensarem epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. Em outras palavras, o que é decisivo para se pensar a partir da perspectiva decolonial é o compromisso ético-político em elaborar um conhecimento contra-hegemônico.

Assim no contexto universitário da UFSC percebemos que embora muitos esforços tenham sido traçados para a permanência efetiva desses e dessas estudantes diversos/as, pouco se fala em ações institucionais que busquem conjugar esses saberes nos currículos de ensino. As ações acontecem de forma pontual por parte de alguns professores/as que buscam questionar essas presenças curriculares. A professora Janyne Sattle do Departamento de Filosofia da UFSC, em palestra durante o 6º Curso de Curta Duração em Gênero e Feminismo, argumenta que a questão conceitual é política, dessa maneira temos que promover uma "ocupação curricular", nos termos de Ana Miriam Wuench, para que a linguagem permita criar um mundo biodiverso. Pois as monoculturas levam a generificação, e acrescentaríamos também a racialização das coisas e epistemologias. Assim quando se busca diversidades, busca-se a valorização de perspectivas plurais, saberes localizados e diversidades epistêmicas. A linguagem cria a realidade contra a colonização do pensamento, conceitos e currículos.

bell hooks (2017), baseada nos estudos de Paulo Freire, afirma que contra um sistema de educação bancária, na qual há o pressuposto de uma memorização de informações e sua posterior regurgitação que representam uma aquisição de conhecimentos que podem ser depositados, guardados e utilizados numa data futura, é necessário que o professor/a valorize a verdade e presença de cada um/uma para criar uma comunidade aberta de aprendizado.

“(...) nosso trabalho não é o de simplesmente partilhar informação, mas sim o de participar do crescimento intelectual e espiritual dos nossos alunos. Ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos é essencial para criar as condições necessárias para que o aprendizado possa começar do modo mais profundo e mais íntimo” (HOOKS, 2017, p. 25).

Assim por meio de uma pedagogia engajada, a autora sugere que professores/as, e estendemos tal noção aos/as servidores/as e gestores/as de instituições de ensino, devem ter o compromisso ativo com um processo de auto-atualização que promova seu próprio bem-estar. “Só assim poderão ensinar de modo a fortalecer e capacitar os alunos” (HOOKS, 2017, p. 28). hooks ressalta que professores/as menos preocupados/as com o bem-estar interior são os que mais se sentem ameaçados pela exigência estudantil de uma educação libertadora, de processos pedagógicos que ajudem os/as estudantes em sua luta pela auto-atualização.

Esse mal-estar sistêmico que adoce a comunidade acadêmica, pode ser refletido na UFSC, uma vez que, segundo entrevistas com gestores/as, a SAAD iniciou com muitos servidores/as, mas com a morte do reitor, esses saíram do setor. Hoje não existe um mapeamento das demandas e nem das reais necessidades desses segmentos dentro da assistência estudantil. “A SAAD trabalha hoje mais com as reivindicações que são trazidas pelo DCE e movimentos de estudantes negros/as dentro da UFSC, do que por busca ativa e mapeamento das necessidades”, afirma o diretor administrativo Marcelo Tragtenberg. Assim consideramos que as ações afirmativas, mais do que destinadas aos/as estudantes alvos dessas políticas, são afirmativas também à universidade que ao se relacionar com essas diversidades também se repensa e se reconstrói.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao propor abordar as políticas de ações afirmativas no contexto da UFSC, compreendemos que as iniciativas administrativas e pedagógicas mobilizadas pela SAAD tem alcance preliminar, considerando seus dois anos de existência e atuação.

Se por um lado a herança colonial de Santa Catarina constituiu um espaço universitário voltado majoritariamente para a elite branca deste Estado, nas últimas décadas, as políticas afirmativas implementadas por força da luta dos movimentos sociais e nova legislação brasileira promoveram o acesso ao ensino superior por setores populares historicamente marginalizados neste país.

A presença das diversidades indígena, negra, de mulheres e LGBT+ no contexto universitário brasileiro nos convida ao exercício reflexivo crítico das experiências plurais provenientes das relações constituídas entre a educação intercultural e a universidade, que tem como princípio o reconhecimento das diversidades como princípio formativo e a relação com os movimentos sociais como produtores/as e interlocutores/as do conhecimento científico.

## Affirmative Student Policy in Perspective: a case study at the University Federal of Santa Catarina

### ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on the impact of the actions coordinated by the Secretariat for Affirmative Actions and Diversity of UFSC, in the period from 2016 to 2018, in ten years (2008-2018) of affirmative policy implementation at the Federal University of Santa Catarina (UFSC). The methodology consists of taking advantage of the training and bibliographic reviews on the subject, conducting interviews with SAAD / UFSC managers, mapping news about the affirmative actions of this university and researching scientific works produced by students admissions for affirmative actions. How these policies promote diversity in terms of presences that affect the university structure, permeated by the effects of colonization proposed for this region of the country and makes it necessary to rethink that institution in its constitutive tripod of teaching, research and extension through normative principle of diversity.

**KEYWORDS:** Affirmative policy. Education. Genre. Diversity. UFSC.

## Política Afirmativa Estudantil en Perspectiva: un estudio de caso en la Universidad Federal de Santa Catarina

### RESUMEN

El objetivo de este artículo se refleja en el impacto de las acciones coordinadas por la Secretaría para las afirmaciones de las acciones y la diversidad de UFSC en el período de 2016 a 2018, en los años (2008-2018) de la política de afirmación en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC). La metodología consiste en sacar provecho de las investigaciones sobre el tema, conduciendo reuniones con los SAAD / UFSC responsables, mapping news sobre las afirmativas de estas universidades y la investigación científica de los científicos producidos por las admisiones de estudiantes para afirmaciones afirmativas. Como estas políticas difieren de la diversidad en términos de las presiones que afectan a la estructura de la universidad, impregnada por los efectos de la colonización propulsada para esta región del país y las marcas que es necesario para la reticencia que se instituye en él constitutivo de la enseñanza, la investigación y la extensión a través de normativa de principio la diversidad.

**PALABRAS CLAVE:** Afirmative policy. Educación. Género. Diversidad. UFSC.

**NOTAS**

<sup>1</sup> Luiz Carlos Cancellier de Olivo candidatou-se a reitor em 2015 pela chapa *A UFSC Pode Mais*. Tomou posse em 10 de maio de 2016, tendo como vice a professora Alacoque Lorenzini Erdmann. Em 14 de setembro de 2017 a Polícia Federal prendeu Cancellier na Operação “Ouidos Moucos”. Após duas semanas de sua prisão preventiva, Cancellier morreu depois de se atirar do vão central de um shopping, em Florianópolis. Segundo relatos de familiares e amigos, o reitor afastado se sentia bastante abalado pela prisão e suas consequências e se dizia injustiçado. Ressalta-se que Cancellier estabelece como prioridade de gestão o fortalecimento das políticas afirmativas na universidade, agrupando demandas a partir do princípio de luta contra a discriminação em níveis diversos.

<sup>2</sup>Tal depoimento foi fornecido durante o 4º Seminário do Projeto Direitos Humanos, Antropologia e Educação: experiências formativas em gênero e diversidade, intitulado Oficina da Memória: Atividades do NEPI de Extensão 2012-2016, realizado na sala do NEPI, no último dia 15 de agosto de 2018.

<sup>3</sup>Retenção no ensino superior é a expressão utilizada tecnicamente para se referir ao processo que resulta na permanência prolongada do estudante na universidade, levando a um atraso no período de integralização – que é o tempo médio que o aluno leva para concluir um curso de graduação. A retenção é um dos fatores que mais interfere na queda da chamada Taxa de Sucesso na Graduação (TSG), indicador calculado a partir da relação entre o número de formados num determinado período e o número de ingressantes de anos anteriores cuja previsão de formatura coincide com o período considerado. Ver em: <http://www.uff.br/?q=noticias/29-06-2015/pesquisa-inedita-analisa-causas-da-retencao-de-alunos-da-uff>.

Acesso em: 18 de setembro de 2018.

<sup>4</sup> Essa é a segunda oportunidade que a UFSC conta com o diálogo presencial do professor Pichardo, que esteve em agosto de 2017 para participar do Mundo de Mulheres e em 2018 com apoio do CNPq - Professor Visitante. Nesta última oportunidade além de cursos ministrados, sua assessoria à CDGEN foi fundamental para os projetos desenvolvidos.

<sup>5</sup> O antropólogo Vinicius Kauê Ferreira aborda tal temática em seu artigo *Le “nome social”: luttés pour la reconnaissance sociale des travestis et transsexuels à l’Université Federal de Santa Catarina, Brésil*. Publicado em *Passages de Paris (APEB-Fr)*, v. 7, p. 74-82, 2012.

<sup>6</sup>O desenvolvimento teórico-metodológico da interculturalidade na América Latina está referida à questão indígena e em íntima relação com a educação, mas observa-se que foi adquirindo progressiva abrangência e complexidade. Em 2009, Catherine Walsh, educadora norte-americana radicada no Equador e especialista do tema, cunha três concepções principais de educação intercultural na América Latina. A primeira é intitulada de *relacional*; definida como vinculada basicamente ao contato e ao intercâmbio entre culturas e sujeitos socioculturais, apresentando a tendência a reduzir as relações interculturais ao âmbito das relações

interpessoais e minimizando, pois, os conflitos e a assimetria de poder entre pessoas e grupos pertencentes a culturas diversas. No que diz respeito às outras duas posições, Walsh descreve e discute as modalidades que intitula de *funcional e crítica*. A funcional é apresentada como estratégia para favorecer a coesão social, assimilando os grupos socioculturais subalternizados à cultura hegemônica. Está orientada a diminuir as áreas de tensão e conflito com os diversos grupos e movimentos sociais, sem afetar a estrutura e as relações de poder vigentes. No entanto, colocar estas relações em questão é exatamente o foco da perspectiva da interculturalidade crítica. Trata-se de questionar as diferenças e desigualdades construídas ao longo da história (WALSH, 2009).

## REFERÊNCIAS

BERNARDINO-COSTA, Joaze; Grosfoguel, Ramón. **Dossiê: Decolonidade e perspectiva negra**. Revista Sociedade e Estado – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CARVALHO, José Jorge de. **O confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro**. Revista USP, São Paulo, n.68, dez./jan./fev. 2005/2006.

CONCEIÇÃO, Willian. Quando os nativos ocupam a antropologia: experiências de lugares e entrelugares nas Ações Afirmativas. In: NUER, Núcleo de Estudos de Identidade e Relações Interétnicas. **Cadernos Textos e Debates. Universidade Federal de Santa Catarina, nº 15 (2016)** - Florianópolis: UFSC/ NUER, 2017.

FERREIRA, Luiz Sérgio. **270 anos de presença açoriana em Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.ides-sc.org.br/single-post/presencaacoriana> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

FERREIRA, Vinicius Kauê. **Le “nome social”: luttesspourelareconnaissancesocialesdes travestis et transsexuels à l’Universidade Federal de Santa Catarina, Brésil**. Publicado em Passages de Paris (APEB-Fr), v. 7, p. 74-82, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Conversidade: conhecimento construído na relação entre educação popular e universidade**. GT06 - Educação Popular, na 27ª Reunião Anual da ANPEd, Sociedade, Democracia e Educação: Qual universidade? Caxambu, 21-24 nov, 2004.

GOMES, Joaquim B. O debate constitucional sobre ações afirmativas. In: **Ação Afirmativa – políticas públicas contra as desigualdades raciais**. SANTOS, Renato Emerson dos; LOBATO, Fátima (Orgs). Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 15-57.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei federal nº 10.639/03**. Brasília, DF: MEC; Unesco, 2005.

Gravação do Curso de Gênero, Sexualidades, Famílias e Educação, ministrado pelo prof. Dr. José Ignacio PichardoGalán (Universidad Complutense de Madrid) com a equipe da SAAD, em 08/08/2018.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.** Tradução Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2ª edição, 2017.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em 21 de agosto de 2018.

LEITE, Ilka Boaventura (Org.). **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Ilha de Santa Catarina/SC: Ed. Letras Contemporâneas, 1996.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Vozes, Petrópolis, 1980.

NEA, **Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC.** Disponível em: <http://nea.ufsc.br/> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

SAAD, **Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades.** Disponível em: <http://saad.ufsc.br/graficos-genero-na-ufsc/> Acesso em: 06 de setembro de 2018.

SANTERLEI. **Imigração em Santa Catarina.** Disponível em: <https://sanderlei.com.br/EDUCACIONAL/SC-Santa-Catarina-Historia-Geografia/27-Imigracao-em-Santa-Catarina-no-seculo-XX-imigrantes-estado> Acesso em: 21 de agosto de 2018.

SANTOS, Boaventura Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Jocélio Teles dos (Organizador). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012).** Salvador: CEAO, 2013.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. **Os índios Xokleng: memória visual.** Florianópolis: Ed. da UFSC: Ed. da UNIVALI, 1997.

TRATENBERG, Marcelo H. R.; Alexandra C. Boing; AntonioF.Boing; Antonella M.I. Tassinari. O Impacto das ações afirmativas na Universidade Federal de Santa Catarina (2008-2011). In: **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012).** Jocélio Teles dos Santos (Organizador). Salvador: CEAO, 2013.

WALSH, Catherine. (2009). Interculturalidad crítica e educación intercultural. In: Seminário Interculturalidad y Educación Intercultural realizado de 9-11 de marzo de 2009. La Paz: Organizado pelo Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello.

Entrevista realizada com Aurivar Fernandes Filho, coordenador da CDGEN/SAAD, em 20/08/2018.

Entrevista realizada com Francis Solange Vieira Tourinho, Secretária de Ações Afirmativas e Diversidades/SAAD, em 10/08/2018.

Entrevista realizada com Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, diretor administrativo da SAAD, em 03/08/2018.

**Recebido:** 19 dez. 2018.

**Aprovado:** 18 mar. 2019.

**DOI:** 10.3895/cgt.v12n39.9226

**Como citar:**

ALENCAR, Alexandra Eliza Vieira; HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. Política Afirmativa Estudantil em Perspectiva: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v.12, n. 39, p. 162-184, jan./jun. 2019.

**Correspondência:**

Alexandra Eliza Vieira Alencar. Rua Olindina Maria Lopes, 1105, Morro das Pedras, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. CEP: 88066-028.

**Direito autoral:**

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

